



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA
COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS
E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA
1º DE JUNHO DE 2021, PARA
DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA
O ANO DE 2022

Ao primeiro dia do mês de junho de dois mil e vinte e um, conforme Edital de Convocação publicado aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, no Diário Oficial do Município de número 94, Ano X, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para discussão do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2022. A Audiência Pública online foi presidida pelo Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, Vereador Sergio R. B. Balaguer, e participaram os demais membros da Comissão, Vereadores Flávia Francischini, Hernani, Indiara Barbosa, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Osias Moraes, Professora Josete e Tito Zeglin. A senhora Daniele Regina dos Santos, Superintendente Executiva da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento e o senhor Carlos Eduardo Kukolj, chefe do Departamento de Orçamento de referida Secretaria, procederam às suas apresentações. Consta nas notas taquigráficas enviadas a esta Comissão o seguinte: "O SR. PRESIDENTE (Tico Kuzma):- Encontram-se presentes 38 (trinta e oito) dos Srs. Vereadores, havendo quórum para a continuidade dos trabalhos. Conforme o requerimento nº 054.00006.2021, aprovado em Sessão on-line do dia 10 de maio de 2021, os horários reservados a Ordem do Dia, Grande Expediente e Explicações Pessoais estão destinados à realização da Audiência Pública da Fase de Discussão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022. Convido a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização para assumir os trabalhos, iniciando a audiência pública, sob a Presidência do Exmo. Sr. Vereador Serginho do Posto. Passo a palavra ao Vereador Serginho do Posto - Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. (Dá-se início à audiência pública) O SR. PRESIDENTE:- Agradeço, Presidente. Um bom dia a todos. Quero agradecer a gentileza de V. Exa. por ceder este espaço para a transmissão desta audiência. Este espaço é anexo ao Plenário aqui da Câmara. De imediato declaro aberta a presente audiência pública da Comissão Permanente de Economia, Finanças e Fiscalização, prevista para a Fase de Discussão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022. Conforme o que determina o Inciso I Parágrafo 1º do Art. 48, Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal e Art. 44 da Lei 10.257 de julho de 2001, Estatuto da Cidade. Esta audiência pública terá a duração de duas horas, com início às 9h34min e encerramento às 11h34min. Agradecemos a participação de todas as autoridades, representantes de associações, de entidades, cidadãos e Vereadores e Vereadoras presentes nesta Sessão. A Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização é formada pelos seguintes Vereadores: Eu que presido esta Comissão, e os Vereadores: Indiara Barbosa - Vice-

Presidente, Flávia Francischini, Hernani, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Professora Josete, Osias Moraes e o decano desta Casa Tito Zeglin. Peço a Vice-Presidente da Comissão, Vereadora Indiara Barbosa, que secretarie esta audiência pública e faça a leitura do edital da consulta pública. A SRA. INDIARA BARBOSA:- Bom dia a todos. (Lê) Edital de audiência pública, fase de discussão do PLDO 2022, consulta pública e audiência. O Presidente da Comissão Permanente de Economia, Finanças e Fiscalização no uso de suas atribuições legais torna público a convocação de audiência pública, debate e audiência pública da fase de discussão da proposição n.º 013.00003.2021, projeto de lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual para 2022, previstos no Inciso I, Parágrafo 1º, do Art. 48, Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal e Art. 44 da Lei 10.257 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, conforme o que segue: consulta pública de 15 a 23 de maio de 2021, disponível no site wwwcmc.pr.gov.br; audiência pública 01 de junho de 2021, às 9h em Sessão Plenária virtual, disponível em wwwcmc.pr.gov.br. Vereador Sergio Balaguer, Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Palácio Rio Branco, 13 de maio de 2021. Leônidas Edson Kuzma - Presidente. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereadora Indiara Barbosa. O edital de abertura de consulta pública, convocação desta audiência pública, com as instruções para o acesso ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias na internet foi publicado na edição n.º 11.655 do Jornal Bem Paraná, página 15, em 17 de maio de 2021, segunda-feira. Também foi publicado no Diário da Câmara n.º 10.515 de 17 de maio de 2021 e no Diário Oficial do Município n.º 94 de 14 de maio de 2021. Ainda comunicado à imprensa com a divulgação desta audiência pública. Foi enviado para todos os jornais, rádios e televisões com sede ou sucursal em nossa cidade. Informações sobre o trabalho desta audiência. Os trabalhos da audiência pública obedecerão ao seguinte roteiro: faremos uma apresentação na primeira parte de forma resumida, sendo que o relatório amplo estará anexado à Lei de Diretrizes Orçamentárias desta Casa. E, na segunda parte, passaremos aos representantes da Secretaria Municipal de Finanças que também farão as suas explanações acerca da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Neste primeiro momento solicito que o Charles encaminhe para que possamos fazer a apresentação. Teremos na terceira parte a concessão da palavra aos participantes. (slides) Neste primeiro momento a consulta que foi realizada por esta Casa ao Projeto de Lei proposição n.º 013.00003.2021. Este é o resultado contendo os dados. Temos uma previsão orçamentária de nove bilhões, quinhentos e oitenta milhões de reais, montante estimado para o orçamento de 2021 que consta na LDO um crescimento de 6% em relação ao ano anterior. E uma previsão de investimentos na ordem de quinhentos e cinquenta e um milhões e quinhentos mil reais, é o valor que a Capital espera contar para esses investimentos em toda a cidade. (próximo slide) O Marco Legal, a gestão orçamentária, participativa é prevista em lei. Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257 de 2001 e também a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101, de 2000. (próximo slide) Informação e cidadania, empoderamento da população acerca das leis orçamentárias: transparência na tramitação do projeto; disponibilização da página Orçamento da Cidade; criação do hotsite da LDO 2022, pela equipe da Câmara. Como foi feita a divulgação. Exclusivamente on-line, entre os dias 14 e 26 de maio de 2021, nas redes sociais (C) pelos canais Facebook, Instagram e Twitter; no site da Câmara através de banner, pop up e hotsite; notícias publicadas no site e distribuídas à imprensa. Nas redes, foram doze publicações divulgadas nos perfis oficiais da Câmara Municipal, tudo elaborado pela diretoria de Comunicações desta Casa. Reportagens, foram três matérias divulgadas no site da Câmara Municipal e distribuídas à imprensa onde foram colocados os seguintes itens: que a Câmara abriria consulta pública sobre LDO 2022 prevendo o orçamento; Economia avalia PPP da iluminação, juntamente com aquele dia em que foram publicadas outras notícias. Essas matérias estão no site da Câmara. A repercussão na imprensa - a divulgação feita pela Câmara Municipal resultou em quinze inserções publicadas pela imprensa sobre o projeto da LDO. Resultados da consulta pública - de forma

detalhada, tivemos cento e oitenta e nove participantes, 12,7% nas redes sociais e 87,3% no site da Câmara. Participantes por regional. Temos as dez regionais, sendo Matriz, Pinheirinho, Boqueirão, Fazendinha, Portão, Boa Vista, Cajuru, Santa Felicidade, Tatuquara, CIC e Bairro Novo. Algumas pessoas não identificaram o bairro. Então, temos o resultado das consultas onde a Matriz se destaca em quarenta e oito, seguido por vinte e cinco do Pinheirinho; vinte do Boqueirão; dezenove do Fazendinha; dezessete do Boa Vista; quinze do Cajuru; treze, não informado; Santa Felicidade, treze; Tatuquara, onze; CIC, cinco e; Bairro Novo, treze. Áreas mais demandadas. Cada participante sugeriu três áreas prioritárias, o que totalizou quinhentos e sessenta e sete indicações, tendo destaque para a saúde com oitenta e sete; segurança, setenta e sete; obras, setenta e um; habitação, sessenta e seis; assistência social, cinquenta e oito; transporte e mobilidade, cinquenta e oito; educação, cinquenta e dois; meio ambiente, quarenta e três; trinta e quatro também não informado; treze, cultura e; esporte e lazer, oito. Tivemos o destaque para a saúde, 15% de participação por demandas nesta área; tivemos 14% por demandas em segurança e; 12% em obras, o que equivale a 41% das demandas. Temos aquele gráfico em formato de pizza onde 15% foi destinado a saúde, 14% a segurança, 12% as obras e 59% são diversas, colocamos como outras. Tivemos cinco demandas na área da saúde, que são tipificadas como: melhorias em geral da Saúde; a solicitação por aumento de número de profissionais nas unidades de saúde; outras prioridades; implantação/ reforma de unidades de saúde; aumento na oferta de consultas médicas. Esses são os Top 5 da Saúde. Na segurança, as cinco demandas foram elencadas da seguinte forma: melhorias em geral na área de segurança; implantação de módulo da Guarda Municipal; aumento no número de rondas da Guarda Municipal; ampliar o sistema de videomonitoramento e; ampliar o efetivo da Guarda. A próxima demanda é na área de obras: revitalização/pavimentação de ruas; melhorias em geral na área de obras; outras prioridades; recuperação /construção de calçadas, que é um tema bastante debatido nesta Câmara; implantação de redutores de velocidade (lombadas ou travessias elevadas). Aqui temos os membros da Comissão: o Vereador que preside esta Comissão é este Vereador que vos fala; Vereadora Indiara Barbosa, Vice-Presidente; Vereadora Flávia Francischini; Vereador Hernani; Vereador João da 5 Irmãos; Vereador Jornalista Márcio Barros; Vereador Osias Moraes; Vereadora Professora Josete e Vereador Tito Zeglin. Tivemos o apoio das diretorias do DAC - Diretoria de Apoio às Comissões, o diretor é o Veli Cristo, e o apoio da Comunicação Social, diretoria do Filipe Oliveira. Agradecemos a todos os servidores envolvidos nesse processo. Encerramos a apresentação e fizemos de forma resumida para deixarmos um tempo maior para que os representantes da Secretaria de Finanças pudessem explicar a LDO para os Vereadores, para os cidadãos que acompanham, de forma mais detalhada com dados que, na elaboração da Lei de Diretrizes, agora tramitando aqui na Câmara, estão compilados na peça orçamentária. Também queria registrar aqui que faremos aquela dinâmica de concessão da palavra aos participantes. Após a apresentação dos representantes da Comissão de Finanças, daremos a palavra aos Vereadores na seguinte ordem: primeiro aos Vereadores que compõem a Comissão Permanente de Economia, depois aos demais Vereadores e aos participantes que estão se manifestando via chat ou YouTube e pelo e-mail desta Comissão. Após iniciar a apresentação pelos representantes da Comissão de Finanças da Prefeitura Municipal, os Vereadores poderão fazer as suas inscrições via sistema. Essa apresentação de forma resumida foi elaborada com o resultado das participações da população. Fizemos um relatório mais completo pela Comissão que está anexado e ao qual todos terão acesso, e são detalhes de consulta onde os cidadãos participaram elencando outras prioridades. E aquelas prioridades pontuais que não elencamos aqui, porque a sugestão da LDO é uma sugestão de diretrizes e muitas vezes a participação é muito objetiva e pontual. Então, na segunda fase da peça orçamentária, que é a LOA, teremos elencadas além das metas, programas que cada Secretaria do Município fará para 2022, realizará em 2022, teremos de forma detalhada na peça orçamentária, a LOA, que deve chegar a esta Casa em 30 de

setembro para a votação até o dia 20 de dezembro. Esta é a previsão. Neste momento estamos debatendo a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Quero passar a palavra aos representantes da Prefeitura que farão a explanação da LDO. Acredito que esta apresentação será feita pela superintendência da Secretaria de Finanças, a Sra. Daniele Santos, que já está presente conosco, juntamente com a equipe da Secretaria. Seja bem-vinda, Daniele. Obrigado pela disposição. Quero parabenizar o seu profissionalismo, você que é servidora de carreira, muito dedicada ao dia a dia principalmente das questões das finanças do Município. Passo a palavra a Sra. Daniele para que faça a apresentação. Muito obrigado. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Bom dia, Vereador Serginho, cumprimentando o senhor, cumprimento aos demais Vereadores. Nossa intenção hoje aqui é fazer a apresentação do projeto de lei da Lei de Diretrizes Orçamentárias que foi encaminhado à Câmara. O Município fez a sua audiência pública pela primeira vez através do YouTube. Tivemos um alcance significativo de pessoas envolvidas nesse processo - chegamos a trezentos e noventa mil visualizações da apresentação. Tivemos duzentos e vinte participações durante o vídeo. O que vamos mostrar para vocês hoje é o vídeo da audiência pública que vai mostrar os resultados que tivemos do processo Fala Curitiba, que é um processo que se dará durante o ano todo e realmente vai apresentar resultados mais consistentes na lei orçamentária, mas ele já iniciou, as pessoas já participam, já trazem suas demandas ainda de forma ampla, mas vamos chegar em uma demanda específica na hora de apresentar a lei orçamentária. Depois traz uma explicação, em função de ser uma nova gestão, sobre as leis orçamentárias e suas formatações distintas e, enfim, os dados que estamos encaminhando no projeto de lei. Depois estaremos à disposição dos senhores para qualquer tipo de pergunta ou questionamento. Peço autorização para que eu possa compartilhar a minha tela e iniciar a apresentação. (É apresentado um vídeo com áudio do Sr. Carlos Eduardo Kukolj). O SR. CARLOS EDUARDO KUKOLJ:- Sejam bem-vindos! Em cumprimento ao Estatuto da Cidade e a Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentarei a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022 nesta Audiência Pública. Meu nome é Carlos Kukolj, sou servidor municipal da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças e esta Audiência se dá antes do envio da proposta ao Poder Legislativo. Informamos que a presente audiência ficará gravada em formato de vídeo no site da Prefeitura de Curitiba acessando o link transparencia.curitiba.pr.gov.br, no ícone Orçamentos poderá ser clicado na guia Audiência Pública e LDO 2022. Disponibilizamos à sociedade, como forma de participar na audiência pública, dois e-mails: o da Secretaria Municipal de Finanças - smf@curitiba.pr.gov.br - no que se refere a apresentação, projeto de lei e perguntas sobre receitas, despesas e as metas e; o e-mail do IMAP no que se refere ao Fala Curitiba, que são as consultas públicas que antecederam a presente audiência no email - imap@imap.curitiba.pr.gov.br. Pedimos que os contatos sejam feitos com dados completos para que possamos retornar. Também responderemos on-line através do YouTube. Apresentaremos agora o Fala Curitiba, que são consultas públicas municipais coordenado pelo Instituto Municipal de Administração Pública. O processo, com a participação da sociedade, deu-se nas consultas realizadas de primeiro de março a 16 de abril com diferentes possibilidades de participação sendo, on-line, através do site Fala Curitiba, (L) o preenchimento de formulários disponibilizados nas administrações regionais, ou através do WhatsApp, através do contato que foi repassado. Nessa consulta, cada cidadão poderia indicar cinco subitens organizados por políticas públicas para cada uma das dez regionais, foram cinquenta e oito subitens distribuídos em quinze políticas públicas. No que se refere aos formulários, foram disponibilizados, com devidos cuidados de higiene e segurança sanitária, em cada administração regional, também foram disponibilizados nos equipamentos públicos e entidades organizadas, e de casa em casa. Pelo WhatsApp ouve o contato no telefone 9876-2903, onde cada cidadão também pode fazer a sua participação. Esse é o resultado das indicações da consulta pública por políticas públicas: foram seis mil e cinquenta e oito participações, que resultaram em vinte e nove mil, duzentas e setenta e duas

indicações de priorização para o orçamento. Entre essas indicações, em primeiro lugar, ficou Assistência Social, com três mil, novecentos e oitenta e cinco participações; Obras Públicas, com três mil, novecentos e vinte e três participações; Saúde, com três mil, quatrocentos e noventa e oito participações; em sequência, Segurança, Meio Ambiente, Educação, Esporte e Lazer, Cultura, Transporte, Habitação, Trânsito, Segurança Alimentar e Nutricional, Direitos Humanos, Empreendedorismo e Urbanismo. Na Regional Bairro Novo, as prioridades foram: em primeiro lugar, a Saúde, no tema atenção básica; segundo, Meio Ambiente, na implantação e revitalização de áreas de lazer, praças, parques e bosques; Saúde de novo, como terceiro tema, no tema atenção especializada; Obras Públicas, com pavimentação em quarto; em quinto, Educação, educação infantil nos CMEIs. Regional Boa Vista, as políticas públicas foram: Obras Públicas, pavimentação; Saúde, atenção à urgência emergência; Obras Públicas de novo, pontes e drenagens em terceiro lugar; Saúde em quarto lugar, com atenção especializada; em quinto lugar a Segurança, com a Defesa Civil Municipal, ações de segurança preventiva. Na Regional Boqueirão, em primeiro lugar Obras Públicas, pavimentação; segundo, Saúde, atenção à urgência emergência; terceiro, Obras Públicas, com pontes e drenagens; quarto lugar, Educação, educação infantil, CMEIs; quinto lugar, Segurança, Guarda Municipal. Na Regional Cajuru: Obras Públicas, pavimentação, em primeiro lugar; segundo lugar, Habitação, regularização fundiária de áreas ocupadas; terceiro lugar, Saúde, com atenção especializada; quarto lugar, Saúde, com atenção à urgência e emergência; em quinto lugar, Saúde, atenção básica. Na Regional CIC, Obras Públicas em primeiro lugar, com a pavimentação; segundo lugar a Saúde, atenção especializada; terceiro, a Segurança, com ações de prevenção ao uso de drogas; quarto lugar a Saúde, com atenção à urgência emergência; quinto lugar, Assistência Social, assistência à criança e ao adolescente. Na Regional Matriz, em primeiro lugar, Assistência Social, com atenção especial à pessoa em situação de rua; segundo lugar, Segurança, com Defesa Civil Municipal, ações de segurança preventivas; terceiro lugar, Segurança, com ações de prevenção ao uso drogas; quarto lugar, Segurança, Guarda Municipal; o quinto lugar, Obras Públicas, com iluminação pública. Na Regional Pinheirinho: Obras Públicas em primeiro lugar, com a pavimentação; em segundo Saúde, com atenção especializada; terceiro, Saúde, atenção à urgência e emergência; quarto, Assistência Social, assistência à criança e adolescente; quinto, Saúde, atenção básica. Na Regional Portão: Obras Públicas, pavimentação, primeiro lugar; Saúde, no tema atenção à urgência emergência; Meio Ambiente em terceiro lugar, implantação e revitalização de áreas de lazer; quarto lugar a Segurança, ações de prevenção ao uso de drogas; em quinto lugar, Segurança, a Guarda Municipal. Na Regional Santa Felicidade: em primeiro lugar, primeira política, Obras Públicas, sistema de pavimentação; segundo, Segurança, com Guarda Municipal; terceiro lugar, Trânsito, com a circulação e sinalização de trânsito; quarto lugar a Saúde, com atenção à urgência e emergência; quinto lugar, Saúde, a atenção básica. Na Regional Tatuquara: primeiro lugar, Obras Públicas, com pavimentação; segundo, Saúde, com atenção especializada; terceiro, Segurança, Guarda Municipal; quarto, Saúde, com atenção básica; quinto, Assistência Social com assistência à criança e ao adolescente. Então, finalizando, esses foram os números apresentados, com seis mil e cinquenta e oito participações; foram mil, setecentos e quarenta e uma participações no formato digital; quatro mil, cento e setenta e seis fichas preenchidas; cento e quarenta e uma fichas preenchidas pelo WhatsApp; vinte e nove mil, duzentos e setenta e dois credenciamentos. As principais políticas públicas, no geral, ficaram: Assistência Social em primeiro lugar; segundo lugar, Obras Públicas; terceiro lugar a Saúde; quarto lugar a Segurança; em quinto lugar o Meio Ambiente. A coordenação das consultas públicas pelo Fala Curitiba aconteceu pelo Instituto Municipal de Administração Pública, o IMAP, e essa foi a equipe que participou. Continuar na apresentação, agora sob a coordenação da Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Orçamento, iremos apresentar os detalhes do projeto de lei. Antes de entrar na própria Lei de Diretrizes

Orçamentárias, cabe um comentário sobre o ciclo orçamentário, por ser uma nova gestão. As peças orçamentárias, que compõem o orçamento, são: o Plano Plurianual, PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO, e a Lei Orçamentária Anual, a LOA. O PPA prevê os planejamentos para os próximos quatro anos, então, de 2022 a 2025. Ele define os programas do Governo e de indicadores, também define as despesas de capital e outras decorrentes, e os programas de duração continuada. Sua entrega deverá ocorrer em 30 de setembro. A Lei de Diretrizes Orçamentárias orienta e dá as diretrizes para a Lei Orçamentária Anual. Ela define metas e prioridades para o exercício subsequente, suas metas físicas, e a entrega é até 15 de maio. A Lei Orçamentária Anual, a LOA, é a lei de meios que proverá recursos para o desenvolvimento das ações orçamentárias, então, serão definidas as metas financeiras com base no que foi aprovado na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que definiu as metas físicas. Para se alcançar aquelas metas físicas, há necessidade de alocar recursos financeiros, que isso se dá na LOA, e a entrega é até 30 de setembro. Por uma questão de apresentação de projeto, como a LDO, o projeto tem que ser entregue até 15 de maio, no primeiro ano de governo, ocorre antes do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária. Mas há uma inversão dessas fases aqui onde a LDO ocorre antes do PPA, mas os seus anexos para o exercício de 2022 já representam o primeiro ano do Plano Plurianual. Através dessa figura, tentamos demonstrar as integrações entre as peças orçamentárias. Primeiramente, o Plano Plurianual, aprovado ainda em 2021, com a vigência de 2022 a 2025, que serão distribuídas em quatro Lei de Diretrizes Orçamentárias para cada exercício, 2022 a 2025, e também gerarão quatro Leis Orçamentárias, de 2022 a 2025. A integração entre as peças se dá: no PPA, através dos programas, que a LDO possui programas, os meus programas do Plano Plurianual, mais a função, subfunção e as ações que vão definir as metas físicas; e na Lei Orçamentária, através de toda a dotação, como órgão, unidade, função, subfunção, programação, as metas financeiras, os recursos para atendimento das metas físicas. Agora entrando no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022. Aqui trazemos a estrutura do Projeto de Lei, que são definidas em oitenta e seis artigos, onde o Art. 1º estabelece as diretrizes e eles são divididos em dez capítulos, para resumir. Então, primeiro capítulo fala das metas e prioridades da Administração Pública, já definido também no anexo primeiro. No capítulo dois, da organização, estrutura dos orçamentos, que trata toda a parte da estrutura, onde se põem os conceitos básicos, classificações, os quadros e anexos que demonstram o comportamento da receita e da despesa, estão definidos do Art. 4º ao Art. 18. No capítulo três, da reserva de contingência, as definições estão nos Art. 19 ao 21. No capítulo quatro, das diretrizes gerais para elaboração e execução do orçamento e suas alterações, são estabelecidas todas as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e as alterações, também tem regras para o controle, avaliação dos resultados de programas de governo que farão parte do Plano Plurianual de 2022 a 2025, com a transparência da gestão fiscal, quanto a publicação dos atos do Poder Público, são definidos do Art. 22 ao Art. 43. Capítulos cinco, dos créditos suplementares especiais, estabelece as disposições relativas às aberturas, reaberturas e execuções dos créditos suplementares e especiais, estão definidos nos Art. 44 ao 48. Das transferências públicas, estão tratando nos Art. 49 ao 58, e traz todas as disposições relativas às normas para transferências públicas. Capítulo sete, dos ajustamentos do Plano Plurianual, está definido nos Art. 59 a 61, estabelece algumas disposições sobre os ajustamentos e alterações do Plano Plurianual. Capítulo oito, das disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais, definidos nos Art. 62 ao 66, são as imposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais, e ainda determinam a política de pessoal do Município para 2022. No capítulo nove, das disposições sobre a Legislação Tributária no Município, está definido nos Art. 67 e 68. E no capítulo dez, no último capítulo, das disposições gerais, Art. 69 a 86, onde se trata de todas as disposições gerais, considerando as instruções da Lei Orçamentária Anual para 2022, sobre as obrigações tanto do Poder Executivo, quanto do Poder Legislativo. O presente projeto é dividido em três anexos, sendo o

anexo primeiro metas e prioridades da Administração Pública Municipal. O anexo segundo trata do anexo de metas fiscais e riscos fiscais, que estão divididos em vários demonstrativos, sendo demonstrativo de anexo de metas anuais, avaliação de metas relativas a 2020, metas fiscais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores, a evolução do patrimônio líquido, origem e aplicação dos recursos obtidos com alienação de ativos, avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio da previdência social, a estimativa e compensação da renúncia de receita, a margem de expansão da despesa obrigatória continuada e o demonstrativo de riscos fiscais e providências. E, por último, o anexo três, que são os projetos em andamento, em atendimento ao Art. 45 da LRF. Agora, falando um pouquinho sobre as previsões de receitas e seus indicadores, foram utilizados nessa Lei de Diretrizes Orçamentárias os seguintes indicadores econômicos: crescimento do PIB, os principais aí, em 2,39%; PIB de serviços 2,40%, e o IPCA, média, 3,78%. Os outros indicadores também foram utilizados, mas os principais indicadores são os indicadores de inflação e de crescimento do PIB. Com isso, projetou-se um crescimento nominal de 3,2% para 2022 nas receitas correntes em comparação à receita aprovada de 2021, com base nessas projeções do PIB e inflação, entre outros ajustes. No que se refere às operações de crédito, nos empréstimos que o ente vai fazer para atingimento de suas obras, temos o PMAT com dezessete milhões, o Finisa, da Caixa Econômica, com quatorze milhões, que é para infraestrutura urbana equipamentos públicos, saneamento, Agência Francesa de Desenvolvimento, oitenta e nove milhões, para gestão de risco climático, Caximba, o BID IV, noventa milhões, com a linha Inter II, capacidade de velocidade, e o NDB, com trezentos mil reais, com aumento de capacidade e velocidade da BRT, isso num primeiro exercício. No que se refere às transferências de capitais, que também são utilizadas em despesa de capitais, ou seja, investimento, temos, principalmente, o PAC 2, com cinquenta e seis milhões, que é Linha Verde, BRT e Inter II. Operações do Ministério das Cidades com a Caixa Econômica, de cento e treze, virgula dois milhões para drenagem, entre outras. Esses foram os números da receita, receita bruta de nove bilhões, quinhentos e oitenta e cinco milhões, divididos entre receitas correntes, receita de capital e receita intraorçamentária. Receita corrente fechou em sete bilhões, novecentos e cinquenta e dois milhões, receita de capital que será aplicada também, despesas de capital, quatrocentos e vinte e cinco milhões, e as receitas intraorçamentárias, um bilhão, cento e noventa e sete milhões. As receitas correntes estão divididas em municipal (J) - quatro bilhões e oitocentos e quarenta e três milhões; receita de transferência da União - um bilhão, trezentos e trinta e oito milhões; receita de transferência do Estado - um bilhão, cento e quatorze milhões; outras transferências - seiscentos e cinquenta e cinco milhões. Nas receitas de capital temos as subdivisões: operação de crédito - duzentos e dez milhões; transferência de capital - cento e oitenta e cinco milhões; outras receitas de capital - vinte e nove milhões. O orçamento líquido, sem intraorçamentária, fecha em oito bilhões, trezentos e setenta e oito milhões. Assim ficaram divididas as receitas que compõem o orçamento do Município: receitas municipais representam 58,2% do nosso orçamento; transferência do Estado 13,5%; transferência da União 18%; operações de crédito, empréstimos 2,5%; transferências multigovernamentais, praticamente o FUNDEB, 7,5%; e transferência de pessoas físicas e jurídicas, as doações, 0,4%. Detalhando os itens apresentados anteriormente agora por componentes, temos as seguintes informações: o ISS, compondo a dívida ativa, multas e juros, - um bilhão, quatrocentos e dois milhões; IPTU, dívida ativa, multas e juros, - um bilhão e quarenta e cinco milhões; o ITBI, quatrocentos e vinte e sete milhões; IRRF - quatrocentos e quarenta milhões; contribuições, principalmente do regime próprio de Previdência Social, o COSIP, quatrocentos e trinta e sete milhões; receitas patrimoniais - duzentos e doze milhões; taxas - duzentos e trinta milhões; serviços - quatrocentos e quarenta e três milhões; outras receitas - duzentos e três milhões; totalizando quatro bilhões, oitocentos e quarenta e três milhões. Nesse gráfico, apresentando em valores reais durante os exercícios, os principais impostos, taxas e

contribuições. Aqui se refere somente ao valor principal de cada imposto. Percebemos na primeira linha do gráfico, em vermelho, a trajetória do ISS onde estamos estimando para 2021 uma queda devido à pandemia, que também já vem uma queda de 2020, e para 2022 estamos estimando uma recuperação. Na linha azul-escuro abaixo, estamos falando do IPTU. Percebe-se um crescimento constante a partir de 2014, que vem nessa trajetória até 2022, também estamos projetando esse crescimento. Imposto de renda retido na fonte em amarelinho, marrom, mantendo-se constante. O ITBI, em cinza, também houve uma queda acentuada em 2016 e manteve-se constante até 2020, projetamos crescimento em 2021 e também estamos mantendo esse crescimento para 2022. As taxas na última linha, em azul-claro, também houve um crescimento de 2017 para 2018 e atualmente mantém-se constante a informação. A que se refere as receitas de transferências da União, temos os destaques: FPM - trezentos e dezesseis milhões; o Sistema Único de Saúde, SUS - novecentos e quatorze milhões; Fundo Nacional de Assistência Social - vinte e um milhões; e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - setenta e dois milhões; Convênios e outros - treze milhões; totalizando um bilhão, trezentos e trinta e oito milhões. Transferências do Estado: ICMS - seiscentos e dois milhões; IPVA - quatrocentos e quarenta e três milhões; IPI sobre exportação - dez milhões; programas de saúde - cinquenta e um milhões; Convênios e outras - sete milhões; totalizando um bilhão, cento e quatorze milhões. Outras transferências, basicamente o FUNDEB, temos a projeção de seiscentos e vinte e nove milhões, e outras vinte e seis milhões, totalizando seiscentos e cinquenta e cinco milhões. Aqui nesse gráfico demonstramos duas principais transferências, o ICMS e o FPM, no que se refere aos repasses constitucionais. O ICMS, na linha em laranja, percebe-se uma queda contínua já desde 2013 até 2021 nas projeções, estamos projetando uma recuperação melhor para 2022, por isso o crescimento, apesar de perdermos o índice também no bolo do repasse do Estado. No FPM, ali em azul, vinha praticamente constante até o exercício de 2019, houve uma queda em 2020, em virtude da pandemia. Para 2021 estamos projetando mais ou menos um número parecido com 2020 e projetamos um crescimento para 2022. No que se refere às previsões de despesas, temos o seguinte cenário: também a despesa igual a receita, pelo princípio do equilíbrio - nove bilhões, quinhentos e setenta e cinco milhões dividido em despesas correntes, que são as despesas para pagamento de pessoal e manutenção da máquina, em oito bilhões e setecentos e sessenta milhões; a reserva de contingência estamos estimando cinquenta e seis ponto nove milhões e despesa de capital em setecentos e cinquenta e sete milhões. As despesas de capitais são as obras, investimentos e também a amortização da dívida, além da inversão financeira. Dentro das despesas correntes, temos: pessoal e encargos estimado, quatro bilhões, oitocentos e noventa milhões; juros e encargos da dívida - sessenta e seis milhões; outras despesas correntes - três bilhões, oitocentos e três milhões. Investimentos na despesa de capital, temos: quinhentos e cinquenta e um milhões; inversões financeiras sete ponto cinco milhões, praticamente são os aumentos das empresas estatais, a Urbs, a Cohab e a Agência de Curitiba; e amortização da dívida cento e noventa e oito milhões. Orçamento líquido, batendo com a receita, oito bilhões, trezentos e setenta e oito milhões. O orçamento, para o grupo de despesa, ficou assim representado: pessoal e encargos sociais - 51,07%; juros e encargos da dívida - 0,70%; outras despesas correntes - 39,73%; investimentos - 5,76%; inversões financeiras - 0,08%; amortização da dívida - 2,07%; e a reserva de contingência - 0,59%. Nas mesmas despesas representada por função de Governo: em primeiro lugar fica a Previdência Social, com 23,89%; a Saúde ficou em segundo, 22,10%; educação com 17,12%, lembrando que isso não representa o índice constitucional, apenas uma subdivisão de função de Governo; urbanismo com 11,65%; administração com 6,78%; encargos especiais 3,95%; gestão ambiental 2,67%; saneamento 2,49%; assistente social 2,08%, segurança pública 1,92%; e o Poder Legislativo 1,6%. Todas as outras funções de Governo estão representadas nesse grupo Outros com 3,77%. Nesse gráfico apresentamos os

aportes ao regime próprio de Previdência Social onde destacamos o crescimento em 2022, de uma variação em percentual de 52%, passamos, em 2021, de quatrocentos e trinta e um milhões para aportes em torno de seiscentos e cinquenta e cinco milhões. Esse crescimento se deu bem maior do que a receita. Neste gráfico temos o comparativo da dívida bruta que também compõem os anexos de metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Em azul a dívida consolidada bruta e em laranja a dívida consolidada líquida. A dívida consolidada bruta mantém-se constante, em torno de um bilhão e meio, ela tem um crescimento futuro já projetando as contratações da AFD e também do BID. E em laranja representa a diferença entre a dívida bruta menos a disponibilidade de caixas e restos a pagar. Com isso, os números negativos representam que tem mais caixa do que dívida. Então, para 2022, estamos projetando um bilhão, trezentos e cinquenta e seis milhões negativos a dívida consolidada líquida. Ou seja, há mais caixa do que dívida nesse momento na Prefeitura. Neste gráfico representa a redistribuição da dívida, onde em vermelho representa as despesas do exercício anterior e em azul a novação da dívida, o estoque da novação da dívida. Em 2016, percebe-se na em linha vermelho que a gente usava recursos do exercício corrente para pagar despesa de exercício anterior, chegando ao topo em cento e oitenta e sete milhões em 2016. Em 2017, para bancar esses equilíbrios orçamentários foram feitos da novação da dívida, no estoque, e estamos projetando até 2024 que toda essa despesa, essa novação da dívida da gestão anterior, seja liquidada. Também estamos equilibrando os orçamentos já desde 2017/2018, já conseguimos equilibrar e ficamos em números aceitáveis para a despesa de exercício anterior que sempre ocorre. Das principais metas e prioridades da Administração Municipal constante do anexo primeiro da Lei de Diretrizes. Com os destaques, entre os investimentos, temos: implantação de pavimentação alternativa e definitiva, fresagem, recape e reciclagem em vias; o plano de gestão da malha viária; construção da Rua da Cidadania do CIC; execução do projeto Linha Verde Norte/Sul; execução do projeto Inter II; execução do projeto BRT; ainda temos a execução do projeto Bairro Novo da Caximba; a implantação de obras do Plano Diretor de Drenagem; execução do projeto Curitiba contra cheias; revitalização de cinco cemitérios municipais; (K) implantação e revitalização de nove áreas de lazer. Destacam-se cento e onze virgula dois quilômetros de implantação de calçadas; dez quilômetros de implantação de ciclovias; cento e noventa e sete intervenções, com sinalização horizontal, vertical e correções geométricas, entre outras; construção de unidades habitacionais; cinco áreas habitacionais com a sua regularização e urbanização; três ecopontos, com a implantação; além de seis quilômetros de implantação, modernização e ampliação da iluminação pública. Temos ainda a execução do projeto de energias renováveis; revitalização de três hortos; a implantação e revitalização de dois parque e bosques; construção e reforma no Jardim Botânico, Zoológico e equipamentos municipais; construção de dois restaurantes populares; e a construção de duas fazendas urbanas. A reforma do Restaurante Popular e o Mercado Regional; cinco Centros de Esporte e Lazer, com reforma, ampliação e revitalização; reformas e adaptações no Espaço Cultural; reformas e adaptações em um parque ou bosque; além da construção de dois CMEIs; reformas e adaptações em CMEIs; reformas e adaptações em escolas; construção de uma quadra coberta; construção de três equipamentos de saúde; construção de dois Centros de Referência e Assistência Social - CRAS; reforma em três equipamentos municipais; a continuação do Programa de Modernização da Administração Tributária Municipal - PMAT; e aperfeiçoamento do Sistema de Transporte Coletivo. No anexo de metas fiscais temos os seguintes resultados estimados: A receita total, nove bilhões, quinhentos e setenta e cinco milhões. Uma receita primária de oito bilhões. Uma despesa no mesmo valor, de nove bilhões, quinhentos e setenta e cinco milhões. Uma despesa primária de oito bilhões, cento e cinquenta e um milhões. A nossa meta do resultado primário é negativa em cento e cinquenta e um milhões. O resultado nominal, também um crescimento, pelo cálculo acima da linha, de cento e setenta e um milhões. Bem, encerramos então a nossa Audiência Pública da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Agradecemos a todos

pela participação. Obrigado. O SR. PRESIDENTE:- Agradeço ao Carlos Kukolj pela apresentação. Vamos abrir para as perguntas e, na sequência, em bloco de três Vereadores a Daniele fará a devolutiva. Solicito à Vereadora Indiara Barbosa que indique quais os Vereadores estão inscritos nesse primeiro bloco, que são os Vereadores da Comissão de Finanças. A SRA. INDIARA BARBORA:- Está inscrita a Vereadora Professora Josete, o Vereador João da 5 Irmãos, Vereadora Noemia Rocha e Vereadora Maria Leticia. O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra a Vereadora Professora Josete. Cada Vereador terá dois minutos para que possamos ter um número grande de participações. A Sra. Professora Josete:- Bom dia a todos e todas. Agradecer a presença da equipe da Secretaria de Finanças. Primeiro eu tenho um questionamento mais de ordem técnica, até para esclarecer, não sei se o Carlos ou a Daniele. Na verdade, hoje temos uma política pública que é a política de segurança alimentar nutricional. Inclusive, houve a mudança, atualização do nome da Secretaria, que antes era a Secretaria de Abastecimento, e agora é Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. E me chama a atenção que as ações dessa Secretaria estão na função 23, que é comércio e serviços. É a subfunção 692, comercialização. Não seria possível, como existe para a Saúde, para a Assistência Social, para a Educação, um código específico para Segurança Alimentar e Nutricional? Eu acredito que sim. Gostaria de ver se é possível fazermos essa atualização, porque entendo que segurança alimentar é muito mais do que comercializar e prestar serviços. É uma política mais ampla e importante, e acredito que não é só uma questão burocrática, mas é de concepção. Nesse sentido eu pergunto, está se falando ali da reforma de Mercado Regional. Qual é o Mercado Regional mesmo? Porque às vezes conhecemos por outros nomes. Só para saber qual equipamento vai ser reformado. E outra coisa que me chamou atenção é que, na Saúde, em nenhum momento se coloca a questão da pandemia e da Covid-19. E eu acredito que isso deveria estar explicitado, porque acho que teremos que continuar com ações específicas nessa área, e a peça orçamentária, no meu entendimento, deveria ter mais clareza sobre isso. Assim como, se formos pensar nessa mesma linha, a própria Assistência Social, que é a política pública do SUS, e a Segurança Alimentar e Nutricional, no meu entendimento, deveriam ter explicitadas as ações em relação a Covid, porque são ações amplas e política, que eu entendo deve ser intersetorial, articulada, e teríamos que ter de forma mais explícita as ações em relação a esse aspecto. Seria isso. Obrigada. A SRA. INDIARA BARBOSA:- Próximo inscrito, Vereador João da 5 Irmãos. O Sr. João da 5 Irmãos:- Bom dia, Presidente Serginho, Vereadoras, Vereadores, quem nos acompanha pelas redes sociais. Em relação a aprimoramento, uma dúvida, aprimoramento ao transporte coletivo. Queria saber um pouco mais sobre valores, o que vai ser aprimorado nesse sentido, haja vista a pandemia, a preocupação popular. E acreditamos também que, felizmente, essa pandemia só no momento que tivermos vacina, é uma grande preocupação da população, gerando muito debate entre comerciantes, a população em geral, empreendedores, a problemática hoje do transporte coletivo. E, também, em relação ao projeto da Prefeitura, que é o asfalto no saibro, haja vista que hoje em Curitiba temos muitas ruas que não têm a condição mínima de asfalto. Então, queria saber mais ou menos os valores que seriam aplicados nesses dois segmentos, no próximo orçamento. Seria isso, Presidente. Muito obrigado pelo espaço. São essas as perguntas que tenho para a audiência. Obrigado. A SRA. INDIARA BARBOSA:- Próxima inscrita, Vereadora Noemia Rocha. A Sra. Noemia Rocha:- Muito obrigada. Quero cumprimentar o Presidente da Comissão, Vereador Serginho Balaguer, o Carlos, a Daniele. Eu tenho algumas perguntas que gostaria de fazer, não sei se cabe aos que fizeram a explanação ou ao Vereador Serginho. A área que recebeu maior consulta pública, em primeiro lugar, foi a saúde, pelo que eu entendi. Acho que são importantes os esforços do Município, mas queríamos entender se vai atender as demandas por meio de ampliação de equipamentos de saúde, por meio de investimentos e, conforme ficou muito claro na consulta, na contratação e valorização dos servidores, se isso vai ser respondido. Outra pergunta que eu gostaria de fazer,

como é discutido, no âmbito da Prefeitura, a alocação dos superávits, dos aumentos dessas arrecadações de impostos, se a discussão leva em consideração as sugestões das consultas públicas, para fazer valer o que a população está solicitando. E se Curitiba está com os cadastros de regularidade fiscal em dia com a União. Ela está em dia, continua em dia, ou seja, se há pendências que atravancam repasses e transferências. Quanto aos precatórios judiciais, todos sabem que a Prefeitura tem recebido muitos processos judiciais, e esse precatórios, que são valores que a Prefeitura deve para todos aqueles que ganharam processos na Justiça contra o Município, como está, Curitiba vai pagar? Quando vai pagar? Quanto vai pagar e se é referente a quais anos. Essas são as minhas perguntas para o Carlos ou a Daniele, quem puder responder. Muito obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Nesse bloco de três perguntas, solicito aos representantes da Prefeitura as devolutivas. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Vamos responder aos Vereadores. As questões da Vereadora Josete. Ela fala sobre a questão de destacar a Segurança Nutricional. Vereadora, na hora que nós montamos o orçamento, somos obrigados a seguir a portaria dos Ministérios do orçamento da União, a MPOG-42, e lá temos a definição das ações que são feitas, em quais funções temos que alocar. Então, essa portaria é que determina onde fazemos a classificação. Como nós temos os Armazéns da Família, e as atividades desse contexto, precisamos manter a classificação orçamentária, até para que possamos respeitar a portaria da União. Por isso que as classificações estão relacionadas a essa portaria. Quanto a reforma do Mercado Regional, claro, isso vai ser detalhado melhor na LOA, a LOA vai trazer esse detalhamento maior, mas esse Mercado Regional se refere ao Mercado do Cajuru. É lá que temos o Mercado Regional. Saúde, realmente nós não temos uma ação específica da Covid para a Saúde, tanto que os recursos, inclusive, que nós estamos recebendo da União, da Saúde, vêm dentro da classificação que a Saúde nos apresenta, que a União nos apresenta, que são as ações de média a alta complexidade. Então, esses recursos já vêm dentro dessas ações, eles não vêm para uma ação específica da Covid, eles constam nas portarias do Ministério, mas eles vêm dentro das ações que o próprio Ministério destina. Então, nós mantemos a classificação que é destinada pela União. Vereador João da 5 Irmãos, nós temos uma ação de aprimoramento do transporte coletivo. Da mesma forma, Vereador, na LDO é feita essa configuração das ações que vamos desenhar, mas vamos desenhar com mais critérios e com informações mais desdobradas, a questão de valor e a questão das ações com configuração de quantidades, tudo para a Lei Orçamentária. Agora mantemos as ações que são feitas em um valor genérico de receitas e despesas. Mas, esse desdobramento mais detalhado só vai acontecer na Lei Orçamentária, onde teremos a questão dos valores e as ações específicas, com quantidades e com detalhamento. Da mesma forma, o asfalto e o saibro. Nós temos ações de asfalto e saibro, mas só vamos conseguir detalhar isso, o quanto vai ser feito, qual valor vai ser usado precisamente, na Lei Orçamentária. Nós vamos manter as ações, mas precisamos chegar na Lei Orçamentária para ter esse detalhamento, até porque a LDO é feita lá no início do ano, não temos ainda os desdobramentos do exercício, não sabemos efetivamente o que vai ocorrer durante o exercício. Para a Lei Orçamentária isso já fica bem mais claro, nós vamos ter alterações, temos alterações que devem ocorrer, principalmente porque estamos tendo alterações na economia (V) muito significativas, neste pequeno tempo. Então, na Lei Orçamentária é que vamos detalhar e desdobrar esses valores, bem como as quantidades. Vereadora Noemia, saúde realmente consta no Fala Curitiba como prioridade, também desta forma teremos as ações desdobradas, até porque temos ainda o impacto da pandemia a ser desenhado durante todo este ano, e veremos como chegaremos ao final do exercício, pelo menos ao meio deste exercício, e é daqui para frente que vamos começar a desenhar a Lei Orçamentária. Então, já teremos absorvido metade do ano e o impacto que a pandemia nos traz, para que possamos entender o que faremos para a frente na questão da saúde, se vamos nos reportar a construirmos novos equipamentos, esse tipo de questão. E as ações da valorização dos servidores também dependem, temos este ano o fechamento

relativo à emenda federal, que nos proíbe qualquer tipo de ação nesse sentido, e precisamos ver se os próximos recursos que vêm, trarão travas ou não, se vêm recursos da União, para que possamos planejar efetivamente o que temos desdobrado para 2021. Isso só vai aparecer na Lei Orçamentária. O superávit é um recurso que temos que nos dá, principalmente, base para investimentos. Como é um recurso não recorrente, não podemos trazer para o superávit despesas que são contínuas na administração. Só se for um caso muito específico e necessário, porque o recurso do superávit tem limite, ele vai acabar em algum momento. Então procuramos fazer da utilização desses recursos um investimento, porque o investimento retorna para a cidade. Sempre nos traz um retorno. E segundo, porque esse investimento é um recurso finito. As ações normalmente que temos da população, as solicitações, estão dentro das ações que o Município normalmente já desdobra, principalmente como a senhora viu ali, temos a questão de obras, de pavimentação, que são pedidos muito prementes nas comunidades, que já são parte das ações rotineiras do Município, e priorizamos dentro das ações do Município aquilo que foi eleito pela comunidade lá na ponta. Mas esse superávit é utilizado para as diversas necessidades que temos, com o foco em trazê-lo, para sempre, para as ações que podem ser limitadas no tempo, para que não tenhamos o uso contínuo desse recurso, que é um recurso limitado. As certidões da União, o Município está com todas as certidões em dia. A questão das certidões é constante de flutuação, ela apresenta-se com diversos prazos e condições diferentes para as certidões, eventualmente, como tudo hoje no processo informatizado. Eventualmente tem um dia que não conseguimos encaminhar um arquivo, ficamos um dia sem a certidão, e no dia seguinte já estamos com ela de novo. Não temos tido problemas com as certidões. Acontece eventualmente de termos uma ou outra questão, mas o Município está com as questões em dia, as informações estão corretas, estão sendo encaminhadas. Não temos tido nenhum tipo de problema com as certidões. A certidão da União está válida e em dia. Os precatórios, recebemos a solicitação da Justiça, e é mais ou menos no final de junho, julho, que a Justiça vai nos encaminhar o quanto vamos pagar neste exercício. Então, dependemos da lista que vem da Justiça, mas estamos pagando absolutamente em dia todos os precatórios. Não temos precatórios atrasados. O Município tem arcado com tranquilidade com os precatórios, que estão sendo pagos. Nesta previsão jogamos em torno de quarenta e cinco a sessenta milhões, conforme o ano, para o orçamento. Tivemos anos em que isso foi ultrapassado em valor significativo, mas me parece que já estamos voltando à uma normalidade, em torno de quarenta e cinco a sessenta milhões. É o que temos pago em precatórios. Estamos aguardando o envio da listagem para fazermos o pagamento. Só conseguiremos ter os valores precisos dos precatórios lá pelo dia 10 de dezembro, antes disso não teremos. É encaminhada uma lista agora, mas a lista final da Justiça chega para nós lá pelo dia 10 de dezembro, que é quando faremos o pagamento, antes de virar o exercício, mas eles estão em dia, temos pago em dia todos eles. Ok, Vereador? O SR. PRESIDENTE:- No próximo bloco temos inscritos os Vereadores Maria Leticia, Dalton Borba e Indiará Barbosa. A SRA. MARIA LETICIA:- Bom dia a todos e todas. Cumprimento o Presidente da audiência, Vereador Sergio Balaguer, e cumprimento também a Daniele e o Carlos, que apresentaram hoje os dados aqui. Feliz pelo crescimento da receita na Cidade de Curitiba, pelo superávit. Os curitibanos cumprem com os seus compromissos, não é? Exceto a matriz. Observei que foi apresentada a preocupação em relação à assistência social e segurança. Todas as demais matrizes, todo o resto da cidade, tiveram a preocupação com relação à saúde, principalmente à saúde nas Unidades Básicas e a saúde especializada, o que me faz pensar que a pandemia já é um reflexo de todo esse atendimento na cidade. Então, tenho algumas perguntas com relação às metas na prioridade da Administração Municipal, relativas ao programa Viva Curitiba Saudável. Lá na página 14 existem alguns dados, e eu pergunto, na ação 1079 qual equipamento da saúde será reformado? Porque vimos que durante a pandemia mais de 50% das Unidades Básicas de Saúde foram fechadas, e nem sabemos se vão reabrir. Eu

gostaria de saber qual equipamento da saúde será reformado? Quais equipamentos da saúde serão construídos? E qual a localização? O fato de fecharem Unidades Básicas de Saúde criou uma certa desesperança nas pessoas, em virtude da dificuldade que tiveram em ter a sua saúde atendida. Refiro-me não só à pandemia, mas às questões crônicas, ao câncer de mama e de colo, que provavelmente vai aumentar em nossa cidade, segundo o relatório que recebemos recentemente da Secretaria Municipal da Saúde. Aqui fala também em área desapropriada. Queria saber qual a localização e a qual equipamento da saúde será destinada. Enfim, não posso me alongar mais, infelizmente, mas gostaria de ter pelo menos essas respostas. Muito obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Próximo inscrito, Vereador Dalton Borba, a quem concedemos a palavra. O SR. DALTON BORBA:- Muito obrigado pela concessão da palavra, Sr. Presidente. Quero cumprimentar a todos na pessoa do Exmo. Sr. Vereador Sergio Balaguer, cumprimentar também a equipe que hoje está se dispondo a nos esclarecer esses pontos importantes. A minha pergunta quero destinar à Mesa. Curitiba está sofrendo claramente, como somos testemunhas, de uma crescente quebra de empresários por conta dos efeitos na economia, advindos da pandemia. A minha pergunta é: como estamos discutindo exatamente essas questões orçamentárias, existe já um estudo da Prefeitura, estudo técnico, embasado em dados concretos de pesquisas de campo, de eventual impacto na economia para os orçamentos seguintes? E o que isso pode representar nos investimentos futuros, previstos nesta legislação, que estão sendo apresentados para a população hoje? Essas são, basicamente, as minhas perguntas. Agradeço a palavra e a devolvo, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador Dalton. Próxima inscrita, Vereadora Indiara Barbosa, a quem concedemos a palavra. A SRA. INDIARA BARBOSA:- Cumprimento a Secretaria de Finanças da Prefeitura. A minha pergunta tem até um pouco de relação com a pergunta do Vereador Dalton. Percebemos também, na apresentação feita, um aumento da arrecadação do Município. Mesmo com a crise, mesmo com todas as dificuldades, o Município prevê aumentar a receita. Vemos um aumento também na arrecadação dos impostos, principalmente do IPTU, que quase dobrou o seu valor no gráfico apresentado, e a população sabe que tem tido um aumento grande nos últimos anos. Então, se existe alguma ação por parte da Prefeitura nessa linha, em tentar reduzir impostos, em tentar diminuir os aumentos e reajustes dos impostos, pensando também na classe de empresários, nos empreendedores, que como sabemos, no Brasil enfrentam tantas dificuldades para empreender, e a Prefeitura está aí com o orçamento, inclusive, prevendo aumento de receitas. É outra, só para ouvirmos um pouco da Daniele, como foi essa questão da consulta em relação ao ano anterior, pela dificuldade da pandemia? Eu vi pela apresentação que teve uma participação grande da população. Mas em relação aos anos anteriores, em que eram muito mais fáceis as participações por causa das audiências presenciais, se você pudesse falar um pouquinho desse tema também, agradeço. Obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Devolvemos a palavra à Daniele Santos. A SRA. DANIELE REGINAS DOS SANTOS:- Bom, Vereadora Maria Leticia, o que podemos informar no momento, por questão da LDO, é que temos a previsão, nas metas para a construção, de quatro equipamentos de saúde e a reforma de um equipamento de saúde. Estamos terminando agora, neste exercício, a reforma de quatorze outros, e temos a desapropriação de um espaço. Como é LDO, ainda não temos o desdobramento de estudos. As secretarias ainda estão se fechando nos processos de montarem o orçamento, montarem os projetos que são necessários para que possamos detalhar na LOA. Então, na LOA teremos os nomes dos equipamentos e tudo. Na LDO temos apenas as quantidades, que são as metas que temos desenhadas para o exercício seguinte. Então, são quatro construções e uma reforma, que estão previstas na LDO, certo? Vereador Dalton, a Prefeitura faz recorrentes estudos sobre as questões dos impactos, sobre as questões das situações, sobre como isso está impactando a receita do Município. O que não temos realmente é a previsão do que ainda teremos pela frente em relação à pandemia. Embora se façam esforços, sabemos que existem situações que estão acontecendo, que acabaram acontecendo,

que não eram nem as previsões que tínhamos, de maneira geral, para a pandemia. Claro que vamos acompanhando quais são esses impactos, inclusive na parte onde falamos sobre a receita na LDO. Fala-se da frustração da receita, em torno de cento e sessenta e um milhões de reais, que estava prevista em função das questões ocorridas com a pandemia da Covid. Mesmo assim temos um pequeno crescimento de receita, baseado nos indicadores, assim como temos crescimentos que estão sendo apontados para a economia. Tínhamos, no início do ano, projeções do PIB na ordem de 2%. Já estamos chegando a algumas definições das empresas que fazem as projeções do PIB, chegando a 5% dentro do País. Então, trabalhamos com todos esses indicadores para podermos fazer a projeção de receita e a avaliação dos impactos que temos. Dentro desses indicadores, o quadro que temos hoje é o que colocamos para vocês, dentro da LDO. Certamente, para a Lei Orçamentária já teremos uma posição diferente, porque já estão se consolidando respostas diferentes, inclusive na economia, que tem mostrado crescimento significativo dentro do País, dentro do Estado e dentro do Município. Algumas receitas estão respondendo de forma positiva, mesmo diante do quadro da pandemia que temos. Vereadora Indiará, temos que dizer que a Prefeitura fez um Refic no qual abriu mão de trezentos e cinquenta milhões em arrecadação. Tivemos a frustração de arrecadação, dentro do Refic, de trezentos e cinquenta milhões, um Refic que teve uma adesão muito significativa das pessoas, que ajudou a equilibrar as contas do Município no exercício de 2020, e que ainda tem reflexos no exercício de 2021. Terá em mais outros, porque o parcelamento é mais longo. Mas nesses dois exercícios foi muito significativo. No exercício 2021 o Refic representou cento e quarenta e cinco milhões. Então, é bastante importante como resultado o que o Refic nos traz. É muito significativo. Mas é preciso lembrar que para conseguirmos isso também abrimos mão de trezentos e cinquenta milhões de reais, (I) que é o que nós abrimos mão na hora de fazer a negociação para o Refic. Então, existem ações, são feitas as ações na intenção de que consigamos sim equilibrar a questão dos impostos. Não temos efetivamente aumento do IPTU. E isso foi explicado pelo Secretário na audiência pública. O que temos no IPTU é a correção inflacionária no período e a correção da planta genérica que o Município optou por fazer de forma parcelada. Isso passou pelos Vereadores, os Vereadores conhecem a lei. Esse ano teremos que rever essa lei, mas a opção do Município foi por fazer a correção da planta genérica de forma parcelada, e por isso você tem um crescimento constante dentro do IPTU, que é a correção da planta genérica. De outros, temos apenas a correção inflacionária, não há aumento efetivo do IPTU. O que aumenta e resulta um valor maior é a base de cálculo pela correção do valor dos imóveis das pessoas. É isso o que temos efetivamente acontecendo dentro do IPTU. Acho que respondi, Vereador. A SRA. INDIARA BARBOSA:- Daniele, desculpa, só a questão da consulta, como foi? Depois se você puder falar um pouquinho. Próximo Vereador inscrito, Herivelto Oliveira. O Sr. Herivelto Oliveira:- Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, pessoal que está fazendo a explanação. Eu quero fazer duas colocações. Em relação ao Fala Curitiba, estou há três anos na Câmara, esse é o meu terceiro ano, e eu não me lembro de assistência social ter aparecido com tanta frequência como pedidos para serem atendidos nas regionais. E me chamou muito a atenção o Centro da Cidade ser o primeiro; e além disso, a segurança. Isso mostra que devemos ter aumento da violência, aumento da população de rua, enfim, uma série de problemas que devemos ter na área de assistência social. Eu quero saber se vocês têm mais ou menos o tipo de demanda e como a Prefeitura pretende trabalhar com essa questão. E o segundo ponto foi o que você acabou de falar agora sobre o IPTU, o que aumenta é o valor do imóvel. Mas existe alguma previsão da Prefeitura de mudar a alíquota do IPTU? Tenho lido em alguns lugares que a Prefeitura teria intenção de mudar essa alíquota, aumentando mais 0.4, 0.5 pontos. Isso é real? A SRA. INDIARA BARBOSA:- Próximo Vereador inscrito, Marcos Vieira. O Sr. Marcos Vieira:- Obrigado, Presidente. Cumprimento o Presidente Serginho, e em seu nome cumprimento todos os Vereadores, a Daniele e todos que fizeram a explanação. Daniele, eu gostaria de saber, eu sei que essa apresentação é macro e

que depois será mostrado todo o trabalho de como será feita toda essa apresentação. Eu só queria fazer um questionamento sobre a questão das calçadas. Foi apresentado que serão construídos 11,2 quilômetros, e também ciclovias, dez quilômetros. É claro que quando falamos em mobilidade isso é um grande desafio e um dos grandes problemas que temos na cidade. Uma vez definido que serão onze quilômetros de calçada e dez quilômetros de ciclovias, como se faz a definição e quais os locais que serão implementadas essas obras? Um outro questionamento também para um esclarecimento, na semana passada tivemos uma audiência da Secretaria de Saúde, da prestação de contas, e lá constava que tinha como ação a construção de seis unidades de saúde, e até definindo quais seriam os locais. E agora na apresentação foi dito que serão construídos três equipamentos. Como se dá essa divergência? Se está definido, então, desses seis que foram apresentados, três ficaram de fora, seria isso? Obrigado. A SRA. INDIARA BARBOSA:- Com a palavra a Sra. Daniele. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Desculpe, Vereadora Indiará, realmente eu não tinha lembrado da questão da consulta. As consultas, já temos falado aqui da experiência que é você trabalhar com o processo de audiência e de consultas públicas. Muitas vezes, quando a consulta é presencial você tem o mesmo ciclo de pessoas que normalmente participa, e realmente elas trazem as suas demandas, as demandas das suas regiões onde moram de uma forma mais efetiva. Agora, quando a consulta é feita pelo processo da internet ela atinge um número maior de pessoas e, muitas vezes, um público diferente do que o público que normalmente vai só na presencial. Então, tem seus prós e seus contras. No momento, estamos trabalhando com as consultas de uma maneira ampla na internet. Claro que os regionais fazem o trabalho de busca das pessoas para que elas participem dessas audiências também. Então, ainda existe um trabalho lá na ponta que, às vezes, não tem nem todo o esclarecimento, nem todo acesso que normalmente ocorre na internet de buscar as pessoas para que elas participem, para explicar essa nova forma de abordagem, essa nova metodologia. De certa forma, o número de participantes é muito maior, ela traz um número de participações muito maior do que tínhamos quando era presencial. Claro que você perde um pouco sim daquela participação efetiva das pessoas, principalmente do processo de discussão que você tinha quando acontecia presencialmente. Mas acho que um acaba compensando o outro. No momento é o que podemos dispor. Claro que se pensa para frente como vamos fazer isso, como vamos conciliar essas duas metodologias. Mas, no momento é o que temos para trabalhar. Realmente, tem atingido o objetivo porque você ainda tem uma discussão ampla de vários temas acontecendo nas regiões da cidade. Na mesma forma, o Vereador Herivelto fala da crescente na questão da assistência social. A consulta é um termômetro do que você está tendo de resultado na sociedade. Nesse momento, acho que a assistência social prevalece realmente porque você tem situações que estão se impondo pela realidade da pandemia e que exigem um trabalho mais efetivo de assistência social. E é muito característico de você ter essas demandas bem isoladas em questões, por exemplo, de regionais. O senhor pode ver que ela aparece com mais relevância na Regional da Matriz, porque é onde realmente temos um problema maior relacionado à população de rua, e em função disso, às vezes, temos a dificuldade de segurança, essa sensação de falta de segurança se coloca. Efetivamente a consulta nos traz essa medição do que está acontecendo na rua. E nesse momento a assistência social se mostra, realmente, importante. Por isso, que ela prevalece em alguns, realmente não era um dos temas que sempre acontecia nas consultas. Nós temos os temas recorrentes, como a questão da pavimentação, mas está prevalecendo saúde, assistência social, em função realmente do que temos de realidade para esse momento. Não há, dentro da Secretaria de Finanças, ainda nenhum projeto, nada que eleve a questão de aumentar a alíquota do IPTU. O que nós temos, sim estamos trabalhando com as questões para a planta genérica. Estamos trabalhando a questão dos valores de planta. Temos uma lei que elevou as quotas até o ano passado. Esse ano nós precisamos fazer um novo desenho legal sobre essas questões. Mas não há projetos para aumentar o valor da alíquota do IPTU. Temos que lidar com a questão

da planta genérica, e é uma coisa que ainda vamos montar como vamos fazer. É um processo complexo, difícil de ser feito, temos que fazer o levantamento da cidade inteira, que exige a dedicação, às vezes, de anos para que possamos fazer os ajustes, principalmente porque estamos historicamente há muito tempo sem fazer essas avaliações, sem fazer essa correção efetiva da planta. Então, o que há é um trabalho nesse sentido, mas não um trabalho sobre alíquotas do imposto. Vereador Marcos Vieira, quanto a calçadas e ciclovias. As definições de calçadas e ciclovias se dão junto ao IPPUC, Vereador. E esse aspecto do IPPUC leva em consideração o plano que temos para essas ações; as consultas que são feitas pelas pessoas através do Fala Curitiba; as demandas que as regionais apresentam. Então, tudo isso é condensado num projeto que traz as decisões do que será feito, quais serão asfaltadas, quais serão as ciclovias. No ambiente do IPPUC temos essas definições levando em consideração vários aspectos da cidade e, por vezes, juntam reforma de ruas, implantação de equipamentos, são várias questões que influenciam nas decisões, que trabalham a questão urbanística da cidade. Qual é a demanda, inovações, construção com fundo residencial. Há novas implantações de rua, tudo isso é levado em consideração na hora de você trazer a definição de quais calçadas e ciclovias serão trabalhadas no exercício seguinte. Tudo isso está se dando ainda no Município e vamos encaminhar quando fecharmos a lei orçamentária. Certo? O SR. PRESIDENTE:- Fechamos o bloco dos Vereadores. Solicito à Vereadora Indiara a leitura da participação dos cidadãos nessa consulta e nessa audiência, por gentileza. A SRA. INDIARA BARBOSA:- A pergunta vem da Associação dos Moradores da Vila Maria e Uberlândia, perguntando se vai ter algo em relação à habitação de interesse social para as famílias com renda abaixo de três salários. E sobre o projeto Bolsão Formosa, se vai ter algo nessa fatia de drenagens. Também fala sobre equipamentos de assistência social na Regional Pinheirinho, citando que tem dois CRAS totalmente fora da LOA. E uma pergunta do João Carlos da Costa com relação à expansão dos trabalhos de saneamento básico, se há alguma previsão em relação a isso. Por enquanto são essas perguntas. Devolvemos a palavra à Sra. Daniele. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Da mesma é preciso deixarmos claro, como foi explicado no começo da apresentação pelo Carlos, que as leis orçamentárias são distintas e que a LDO não traz o foco preciso do que vai ser feito em qual lugar e quanto vai custar. Nós trazemos na LDO apenas as diretrizes maiores e vamos desdobrar esse desenho mais detalhado para o orçamento que vai ser encaminhado para os senhores lá no mês de setembro. Então, existem ações que estão sendo pensadas em habitações de interesse social. O Município está em conversa com o Ministério para obter o acesso a recursos nessa área para que possamos sim trabalhar a questão das habitações de interesse social. Mas ainda não há uma definição. Essa definição deverá se dar durante esse período para que possamos na LOA constar quantas construções, quantos equipamentos serão colocados à venda, que faixa de pessoas serão atendidas. Então, esse detalhamento só teremos na hora de fechar o orçamento. Mas, existe sim, está sendo trabalhada a questão da habitação junto ao Governo Federal para que possamos lançar mão disso no orçamento. Bolsão da Formosa, drenagens. Temos ações também previstas de drenagens para o exercício de 2022, (A) como também temos em 2021 ainda uma série de ações que estão sendo executadas, mas não temos a definição exata de onde será colocado, qual bolsão vai ser atingido. Mas existe previsão de ações de drenagem. Saneamento básico. O Município tem a concessão junto à Sanepar, nós temos a implantação pela Sanepar de uma série de ações e elas também tem previsão para acontecer no exercício de 2022, assim como, elas têm ocorrido de maneira geral, Curitiba tem um índice de saneamento básico bastante elevado. O que temos, às vezes, é ainda falta das ligações dos esgotos nessas redes, em alguns lugares são novas. Mas há essa previsão, sim, para o exercício de 2022. Assistência social do Pinheirinho. Nós não temos aqui o detalhamento de nenhuma construção específica. Não entendi exatamente a pergunta, se já tem os CRAS lá. Mas os CRAS nem sempre são construções de equipamentos, às vezes também se referem a locações de espaços. Então, não

necessariamente a implantação do equipamento está relacionada a uma obra de construção. Então, precisava explicar qual é a demanda mais detalhada da pessoa. Mas nós temos ações previstas para a construção de dois equipamentos para a área de ação social. Então, temos essa previsão, ok? Acho que é isto, Vereadora, não falta mais nada. A SRA. INDIARA BARBOSA:- São estas as perguntas, Vereador Serginho. O SR. PRESIDENTE:- Daniele, o Vereador Marcos Vieira disse que não foi respondida a última pergunta dele. Vou pedir ao Vereador Marcos Vieira que repita, por gentileza. O Sr. Marcos Vieira:- Obrigado, Presidente Serginho. É referente a questão da construção da unidade de saúde. Eu comentei que na audiência que tivemos com a Secretária da Saúde, existia lá no relatório uma ação de construção de seis unidades e hoje na apresentação foi apresentado que será prevista a construção de três. É claro que não tem locais definidos. Até questiono por um espaço que estou acompanhando, que a população tem me cobrado muito por se tratar da unidade do Umbará II. É devido a esta questão que pergunto, se estão previstas só três, essa ação de construção de seis então, perde a sua validade. Seria isto? A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Vereador, não sei qual foi a circunstância da conversa que o senhor teve. Para o exercício de 2020 a construção efetiva é prevista para três equipamentos. Não significa que não vai se construir seis equipamentos, mas muitas vezes a construção ainda está em análise de projeto, em desapropriação de terreno e não há tempo hábil, a obra é um processo grande para execução, não há tempo hábil de colocar no orçamento para execução do projeto de construção. Não significa que durante o exercício do ano que vem não vá ser desenvolvido o projeto ou feita a desapropriação para mais três equipamentos, se é que é necessário desapropriação. Então, eu não sei qual foi a circunstância, aonde foi comentado de seis equipamentos, mas para o exercício do ano que vem temos a previsão de três, efetivamente de construção. Talvez, tenhamos três, mas que estejam trabalhando a questão de projetos de desapropriação, para serem construídos no exercício seguinte. Provavelmente seja alguma coisa nesse sentido. O Sr. Marcos Vieira:- Na verdade foi no relatório que apresentava como ação a construção de seis e que já estavam em andamento algumas, em processo de licitação. E quando foi apresentado que serão construídos só três, é por isto o questionamento. Então, existe a possibilidade da construção de três mais três? A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Sim, exatamente, não está limitado. Ok? O SR. PRESIDENTE:- Agradeço a Daniele a gentileza da resposta ao Vereador. Eu tenho uma dúvida e uma pergunta e depois vou pedir para que a senhorita faça as suas considerações finais. No orçamento e na meta fiscal para 2022, temos uma previsão da contribuição de melhoria deste ano para quatrocentos e quarenta e quatro mil reais, e para o próximo ano de quatrocentos e quarenta e dois mil reais. Nós sabemos que este programa de contribuição de melhoria não está ativo à participação dos cidadãos. Eu tenho sempre solicitado ao Secretário Vitor Puppi, que se comprometeu num estudo, para que até mesmo a participação por parte do cidadão, seja ele pessoa física ou jurídica, venha a incrementar novas obras na cidade. Só queria fazer esta observação, porque esse orçamento veio crescendo gradativamente e é um valor pequeno, se essas contribuições são das obras que estão sendo executadas ou que o contribuinte vem executando, só para que eu tenha a identificação dessa receita. Este é o esclarecimento e já peço as suas considerações finais também. Obrigado. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Ok, Vereador. É um valor realmente pequeno que aparece como contribuição de melhoria e ele vem de histórico, provavelmente esteja relacionado à dívida ativa. Não temos ações efetivas sendo trabalhadas como contribuição de melhoria, que é uma contribuição bastante polêmica do cenário jurídico brasileiro para a sua implantação. O Município trabalha com potencial construtivo, o Município trabalha com o Cepac que são formas de você garantir que as pessoas que usufruirão dos benefícios contribuam de alguma forma mais significativa. São instrumentos de gestão financeira do espaço urbano que podem fazer frente ao que normalmente nós teríamos dentro de uma contribuição de melhoria, e ela se aplica de uma forma legal, mais fácil de ser

trabalhada, porque ele é bem específico. A contribuição de melhoria, embora exista como instrumento, é pouco utilizado no País porque é altamente contestável pelas pessoas, você tem umas certas questões, mas também acho que precisamos, talvez, explorar isso de uma forma melhor. Certamente o Secretário tem buscado alternativas para esse tipo de aplicação. Mas essas questões hoje no orçamento são realmente reflexos das cobranças feitas no passado e estão relacionados ao processo de dívida ativa, não tem nada ativo nesse sentido atualmente. Bom, acho que se apresentou a LDO, temos sempre que nos posicionar que é uma LDO feita sobre o cenário que temos hoje, que é um cenário que se modifica constantemente em função dos desdobramentos da pandemia. Certamente já teremos um processo diferente, talvez mais consolidados para a LOA, em que os detalhamentos chegam de uma maneira mais clara e efetivamente é onde a população consegue ver refletidas as ações que serão executadas, os locais onde elas vão acontecer e quanto elas têm de previsão orçamentária para ocorrer. Mas acho que estão colocadas neste momento as diretrizes que o Município tem, com as informações que tínhamos disponíveis para fazer esta previsão. Na sequência já estamos trabalhando com as questões do PPA, que já teremos que mandar encaminhar o PPA também, e com a questão da LOA, que já devemos iniciar agora as projeções para a LOA para o fechamento entregue aos Vereadores em setembro. Da nossa parte, Serginho, obrigado pelo espaço e pela possibilidade de esclarecer as dúvidas. O SR. PRESIDENTE:- Eu que agradeço em nome desta Comissão e também acredito que em nome de todos os Vereadores a participação da Daniele Santos, ela que é Superintendente da Secretaria de Finanças e que hoje representou o Secretário Vitor Puppi. Transmita a ele e a toda a equipe da Secretaria de Finanças do Município de Curitiba os nossos agradecimentos. Informamos que as sugestões dos participantes via consulta pública poderão ser, após análise técnica, objetos de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias apresentadas pelos Vereadores membros desta Casa, ou por membros da Comissão de Economia após a sua análise técnica. Não havendo mais perguntas, ninguém mais desejando fazer uso da palavra, gostaria de agradecer aos líderes da situação; do Prefeito; da oposição; aos membros da Comissão de Economia já citados; ao Presidente Vereador Tico Kuzma pela oportunidade da audiência pública; também ao Deprole, nas pessoas da Izabela Marchiorato e da Fernanda Macedo; do Charleson Poier, da Divisão de Audiovisual, que nos auxiliou; também a Diretoria de Apoio às Comissões, Veli Cristo, Danielli Wandembruck, Tiago Leão, Roberjan Prestes, João Carlos da Costa. Agradeço a participação de todos os cidadãos pelo canal da internet desta Sessão on-line, desta audiência on-line e agradeço aos Vereadores. Neste momento transfiro os trabalhos ao Presidente da Câmara, Vereador Tico Kuzma. Um bom dia a todos. Muito obrigado. O SR. PRESIDENTE (Tico Kuzma):- Obrigado, Presidente Serginho, cumprimento V. Exa. pela condução da audiência pública, também agradeço a participação da Sra. Daniele Santos, da Secretaria Municipal de Finanças, também estendo o nosso cumprimento ao Secretário Vitor Puppi. Obrigado mais uma vez pela presença na Câmara Municipal de Curitiba e pela explanação aos Vereadores e à sociedade. Está encerrada a audiência pública. Srs. Vereadores registrem suas presenças. (Os Srs. Vereadores registram suas presenças no painel eletrônico) O SR. PRESIDENTE (Tico Kuzma):- Encontram-se presentes 37 (trinta e sete) dos Srs. Vereadores, havendo quórum para a continuidade dos trabalhos. Lembramos aos Vereadores que amanhã, nos horários destinados ao Grande Expediente e Explicações Pessoais teremos a presença do Presidente da Urbs, Sr. Ogeny Maia, a convite do Vereador Marcelo Fachinello. Ouviremos o pronunciamento do Presidente da Urbs e, havendo um tempo, passaremos às perguntas dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras. Estamos estipulando um tempo de um minuto e trinta com trinta segundos de prorrogação para que os Vereadores inscritos possam também, havendo o tempo, fazer os questionamentos ao Presidente da Urbs. Damos por encerrada a presente Sessão Ordinária, convocando outra, Ordinária, on-line, para quarta-feira, dia 02 de junho, à hora regimental, com a Ordem do Dia publicada no Diário da Câmara. Está encerrada a Sessão às 11h26min.". Do que

para constar, a presente Ata foi lavrada pela equipe de taquigrafia e organizada por Roberjan Prestes Filho, de acordo com as Notas Taquigráficas, a qual será assinada pelos Vereadores que compõem a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização.

Sergio R. B. Balaguer (Serginho do
Posto)
Presidente

Indiara Barbosa
Vice-presidente

Flavia Francischini
Membro

Hernani
Membro

Jornalista Márcio Barros
Membro

João da 5 Irmãos
Membro

Osias Moraes
Membro

Professora Josete
Membro

Tito Zeglin
Membro